



Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 21.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Cesar Seleme e Renato Adur.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Augustinho Zucchi, Durval Amaral, Eduardo Trevisan, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Plauto Miró Guimarães e Sérgio Soada (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 715

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Iliana Kodga Russi.

A Sra. Iliana, era uma pessoa de bom relacionamento, deixou enlutados seu esposo, Sr. Daniel, seus quatro filhos, bem como os demais parentes e amigos.

Requer ainda, que a decisão desta Ca-

sa, seja dada ciência a família enlutada, à Rua Pasteur, 134, Batel, N/CAPITAL.

Sala das Sessões, em 06.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.^o 716

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sr. Domingos Puppi.

A Sr. Domingos, era uma pessoa de ótimo relacionamento, foi político exercendo o cargo de vereador de Campo Largo e também comerciante. Faleceu aos 86 anos de idade, deixando presente seu exemplo de honestidade, responsabilidade e dignidade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a família enlutada, em nome de sua esposa, Sra. Helvídia, dos filhos Newton, Niuzete e Ruy, bem como dos demais parentes e amigos, à Rua Mal. Deodoro, 325 - Campo Largo.

Sala das Sessões, em 06.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.^o 717

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de Congratulações à UEPG, por ter o curso de Engenharia de Material, como o quarto melhor do País.

A UEPG criou este curso em 1990, e foi reconhecido pelo MEC no ano passado. Esse curso é o único da UEPG, que aparece no ranking das melhores faculdades do Brasil.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à UEPG, sito na Praça Santos Andrade, s/n - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.^o 718

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar a permanência de um policial de trânsito nas proximidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, localizada no Prado Velho, tendo em vista que é um local muito movimentado, colocando em risco a vida dos estudantes.

O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, os quais estão muito preocupados que algum acidente mais grave venha a ocorrer. O problema ocorre durante o dia e à noite, principalmente na entrada e saída das aulas.

A situação encontra-se crítica e a presença do policial para orientar o trânsito é extremamente necessária.

Sala das Sessões, em 06.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Providências ao Senhor Marcos Valente Isfer, M.D. titular do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN - no sentido de regionalização do exame especial necessário para que os deficientes físicos que apresentem condições possam obter sua carteira de habilitação.

Atualmente, só na Capital do Estado existe a equipe técnica qualificada e a estrutura necessária para encaminhar o exame de habilitação supra descrito. Mesmo em regiões de indiscutível destaque econômico, e onde a demanda por habilitações especiais para deficientes físicos é grande, inexistente atualmente a estrutura necessária para exame e concessão da habilitação para tais cidadãos.

Tal situação, além de materialmente injusta e discriminatória contra os portadores de deficiência física (atualmente quase 10% da população brasileira), fere as disposições de inc. II do art. 23 da Constituição Federal, que estabelece o princípio da competência comum entre União, Estado e Município na assistência e proteção da pessoa portadora de deficiência física.

Pelo exposto, e no sentido da vigência do princípio constitucional da proteção e da igualdade material da pessoa portadora de deficiência, é que se encaminha o presente requerimento, solicitando ao Diretor-Geral do DETRAN - Paraná, que de resto vem demonstrando inequívoca sensibilidade ao problema, providências no sentido de máxima regionalização desta estrutura, de forma a propiciar cada vez maior acessibilidade do deficiente físico à carteira de habilitação.

Sala das Sessões, em 06.04.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 99/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Evangélica Maranata de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural", com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.95.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 28 de junho de 1993, com Estatutos devidamente registrados sob n° 12524 em 14.07.93. no Registro de Títulos de Assis Chateaubriand, é uma entidade com objetivos direcionados para a Assistência Social, educação religiosa secular, com programas especiais de atendimento à criança e ao adolescente, assistência ao idoso, recuperação e reintegração de viciados em drogas e alcoolismo.

Trata-se, enfim, de uma entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade, colaborando inclusive com outras congêneres e órgãos públicos governamentais, sempre visando a pessoa humana e sua melhor condição de vida em comunidade.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

Não havendo expediente a ser lido, passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Chegando aqui no plenário, vim exatamente com a intenção de fazer aqui um pequeno comentário. E felizmente me parece que o Presidente Luiz Carlos Zuk, entendendo meu pensamento, me colocou a palavra de imediato. Temos acompanhado, diariamente, os noticiários de televisão, acompanhamos também pela Imprensa, pelos jornais, pelo rádio o que está se fazendo com a reforma da nossa Constituição em Brasília. E um dos assuntos que a Imprensa tem dedicado grande parte do tempo, tanto na televisão como nos jornais do nosso país, diz respeito sobre a previdência. A situação da previdência em nosso país, ela passa, evidentemente, por uma situação extremamente difícil. Mas na verdade o que tenho observado e analisado que difícil situação mesmo passa o Ministro da Previdência Deputado Federal Reinhold Stephanes, que, por coincidência, é nosso conterrâneo aqui do Paraná.

E eu, particularmente, sou amigo do Ministro Reinold. Até tenho por ele grande apreço, admiração pelo seu trabalho, pela sua conduta ao longo do tempo da sua vida pública aqui no Paraná. E estava até com intenção de sugerir ao Ministro da Previdência Reinold Stephanes, que ele fizesse, rapidamente, uma reflexão sobre a sua atuação frente ao Ministério da Previdência. Por quê? A cada entrevista que ele

concede, seja onde for, a todas as camadas sociais. O Ministro se vê da sala para a cozinha. Porque, na verdade, está difícil pro Ministro da Previdência explicar para a população, para o povo, para as camadas sociais mais empobrecidas em nosso país, exigindo, hoje, implorando, para acabar com os privilégios das aposentadorias aos 25 anos. Então veio, como cidadão comum e como parlamentar que o Ministro Reinhold Stephanes ele não vai conseguir se manter à frente desse Ministério por muito tempo. Porque o próprio Congresso Nacional, hoje, se vê acuado pelos movimentos populares, pelos sindicatos, pelas federações, pelas associações e pelo próprio povo, é um movimento que está começando e que vai comprometer, profundamente, a reforma constitucional. E mais ainda, o Ministro não está encontrando argumentos convincentes junto ao Congresso Nacional porque a pressão do povo está sendo muito grande. Então, até faria neste comentário meu aqui, se pudesse é claro, aqui sei que existe Liderança do PFL, se os seus companheiros que estão aqui presentes, Deputado Élio Lino Rusch, que pudesse até sugerir ao Ministro da Previdência que achasse uma saída até honrosa, e entregasse o cargo. Achasse uma maneira, uma maneira digna porque na verdade... (VOZES PARALELAS)

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado?

O SR. TOTI COLAÇO - ...não posso de forma, em hipótese alguma ele é um homem digno, íntegro e que tem todo o meu respeito e tem de nós paranaenses, até porque está nos honrando com sua presença à frente do Ministério, mas pelo fato de ser um dos privilegiados da previdência social, ele automaticamente não vai encontrar o verdadeiro respaldo do Congresso Nacional, em função daquele privilégio que ele obteve aqui na Capital do Estado do Paraná, através da Prefeitura Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esgotado o seu tempo no Pequeno Expediente, lhe concedo o tempo da Liderança do seu Partido, e se V.Exa. concordar pode conceder o aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço ao nosso eminente Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, por esta deferência e agradeço também, é claro, à Liderança do meu Partido, por me conceder este espaço de tempo.

Aproveitando agora, Deputado Cezar Silvestri, já que isto, o Regimento nos permite, lhe concedo aparte.

O Sr. Cezar Silvestri (Aparte) - Deputado

Toti Colaço, nós tivemos a oportunidade de assistir o programa Jô Soares na segunda-feira, não sei se o Senhor teve oportunidade de assistir também, onde não vi grande dificuldade por parte do Ministro em justificar as reformas que ele pretende fazer na previdência, até porque no final da entrevista ele foi aplaudido de pé e isto me chamou a atenção porque mesmo pelo fato de ser Líder do PSDB, partido que é Governo a nível federal, tinha algumas preocupações.

Ontem tive oportunidade também de ver um debate na TV Cultura, onde estava um Deputado do PT de São Paulo e também o Líder Sindical, Medeiros, se não me engano, onde os dois concordavam de que havia necessidade de ser feita reforma na previdência.

Então, acho que é uma consciência hoje, uma consciência de todos os partidos que há necessidade de que as reformas sejam feitas. Logicamente que muitos privilégios foram feitos nos últimos trinta anos na previdência. Há casos de aposentadorias com seis anos de trabalho, o senhor sabe disto, começa no Congresso Nacional as aposentadorias, que infelizmente, inclusive, acho que nós temos...

O SR. TOTI COLAÇO - Eu só pediria ao ilustre aparteante que se detivesse no tempo do Regimento nosso que é um minuto, porque se não vai me faltar tempo e o assunto é palpitante e gostaria de continuar.

Sr. Cezar Silvestri - (Aparte) - Se o Senhor permitir, Deputado, inclusive lhe cederia o espaço da Liderança do PSDB. Por isso não se preocupe com o tempo.

Acho que esta é uma questão polêmica e realmente nós devemos discutir.

Acho que na Assembléia nós devemos inclusive, conversava com algumas lideranças aqui da Casa onde nós estamos chegando num consenso de apresentar uma proposta de mudança no Regimento e que inclusive no Pequeno Expediente fosse permitido apartes, nós aumentássemos o tempo do Pequeno Expediente para que realmente as discussões fossem feitas aqui na Casa.

Mas o que nós sentimos, Deputado Toti, é o seguinte: que realmente o grande número e existe um desconhecimento por grande parte, para não dizer por quase a totalidade da população brasileira, inclusive dos meios políticos, dos privilégios que existe na previdência.

Fiquei sabendo, por exemplo, que Vocais se aposentam com seis anos de serviço. No caso dos Parlamentares, que inclusive ontem foi cometida uma injustiça na televisão dizendo que todos os Deputados se aposentam com quatro anos. E não é

o caso aqui desta Casa. Derrubamos na legislatura passada a aposentadoria dos Deputados Estaduais. Mas então, o que sentimos é que existe um consenso de que as reformas precisam ser feitas.

A conclusão que particularmente cheguei, é que se a Previdência continuar da forma como está todas as garantias, inclusive dos trabalhadores, aqueles que realmente estão contribuindo, ficam, perdem a sua garantia. Então, há necessidade de reforma. Existem alguns, vários Projetos, um de manter, para todos os trabalhadores que já estão no sistema antigo da Previdência, continuem, e para aqueles que ingressam agora no mercado de trabalho ingressando com uma nova proposta. Acho difícil isso dar certo, mas enfim o importante é que este assunto está sendo discutido. E acho, quando o senhor fala que o Ministro deveria renunciar, acho que não (Deputado Toti Colaço). Sempre quando se propõe mudanças, essas mudanças realmente, ainda mais quando mexem com alguns privilégios, trazem alguns problemas, sem dúvida nenhuma.

Acho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está tendo a coragem de propor essas mudanças em assuntos polêmicos, é a questão das privatizações, as quebras de monopólios, é o caso da Previdência. Mas ele se propôs, quando foi candidato a Presidente da República ele, na sua plataforma ele falou que faria essas mudanças. E ele está cumprindo com isso. Logicamente que vai haver grupos, corporações, na verdade inclusive no caso da Previdência a grande maioria dos trabalhadores a princípio são contra. Acho que o grande erro do Governo Fernando Henrique Cardoso é não mostrar com maior transparência as suas propostas. Mas o caso da Previdência eu acho esse assunto foi contornado porque até foi pedido um prazo maior para que fosse debatido, discutido no Congresso Nacional, através dos meios de comunicação. Tenho certeza que o Ministro virá inclusive aqui nesta Casa para dar explicações. Ele está percorrendo o País inteiro. Acho que nós vamos chegar a um consenso que seja realmente a vontade dos trabalhadores e a vontade do Governo para que realmente os trabalhadores tenham uma aposentadoria e uma seguridade social garantida para os próximos anos.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de V.Exa..

É claro que V.Exa. tem razão, tanto quanto eu tenho nas minhas colocações. Estou de pleno acordo, de total acordo de que a reforma da Previdência tem que ser feita, tem que ser modificado mesmo, não tenho a menor dúvida. O que me preocupa, Deputado Cezar Silvestri, não é o fato de acabar com a aposentadoria dos 25 anos so-

mente da professora, ou do motorista, do homem de imprensa, ou de todos os privilégios das empresas estatais, da PETROBRÁS, Banco do Brasil, que conta quinquênio, triênio, conta férias não gozada, fazem uma maracutaia, acaba aí o pessoal se aposentando com 22, 23 anos, correto? Pega a Folha de São Paulo de ontem, na Folha de São Paulo de ontem traz exatamente um relato da situação pessoal do nosso Ministro, que é meu amigo de ordem pessoal. O que traz ali, Deputado Cezar Silvestri, é difícil de convencer a população, por que na verdade será que somente agora ele viu que tem que mudar esses privilégios? Não poderia ter observado quando ele foi pedir a sua aposentadoria aos 47 anos de idade, por ali.

Veja só, na verdade na Folha de São Paulo traz o seguinte: que ele na verdade trabalhou 22 anos, de trabalho duro, inclusive consta ainda que era estudante da escola técnica, contou tempo lá, pelo menos está escrito ali. E outras, e outros requisitos mais, que pegou a aposentadoria com trinta e poucos anos de serviço. Isso está na Folha de São Paulo de ontem.

Então, quem lê a Folha de São Paulo, quem vê na televisão, assisti o programa do Jô Soares onde o Ministro lá estava dando as suas explicações. Mas ele fica a maior parte do tempo preocupado com a defesa que tem que fazer do seu caso. Ele fica, toda entrevista que ele vai dar, todas as entrevistas, se vier aqui na imprensa da Assembléia, se vier aqui no Paraná vai ser perguntado para ele: "Mas como é que fica a sua aposentadoria?" Então, ele fica se justificando e tem que se justificar perante a sociedade. Pega uma mulher de setenta anos de idade, uma mulher de um colono não pode aposentar ainda, pega aí um colono com sessenta anos de idade, ou 65, que não tenha nota fiscal, ou mesmo com 70, não consegue se aposentar sem a nota fiscal de 5 anos para cá. Ele foi Deputado Federal, ele percorreu todos os cargos que um cidadão um homem público poderia percorrer, foi um privilegiado, estudou até na Alemanha!

Então o que eu vejo, é que o Congresso Nacional, hoje, a sociedade, estes movimentos vão pressionar os Deputados Federais, para que certas coisas não aconteçam lá, em cima deste problema, desta dificuldade. Ele fez tudo legal, está certo, como de milhares de brasileiros que se aposentaram, até aqui no Paraná, talvez até aqui dentro deste Parlamento, se aposentaram dentro do que estabelece a lei, é legal, sim, claro que é, é moral? É.

Concedo o aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Agradeço o aparte,

e me solidarizo a sua preocupação quando a condução de um processo de reforma está exatamente na mão de um homem que não tem a moral suficiente para bater algumas questões que a sociedade quer ver com mais clareza, mas essa preocupação tanto passa pela questão pessoal do Ministro, como passa pelo processo de discussão com a sociedade que o Governo Federal não teve habilidade, e vai pagar caro por isso, habilidade suficiente de discutir com a sociedade o processo das reformas especialmente da reforma da Previdência Social.

Os dados são contraditórios quanto aos números financeiros da Previdência Social, diga-se de passagem é o único Ministério que tem arrecadação e consegue pagar a Folha e dar os benefícios com recursos próprios. Ao longo de seus 35 anos, mais ou menos de existência, o dinheiro que entrava para a Previdência passava pelo Tesouro Nacional, foi usado para construir obras, usinas e etc., e isso não está sendo levantado.

Outra coisa, quando se fala na necessidade de reformar a Previdência Social, eles falam na questão do privilégio, por exemplo, do camarada que trabalha no escritório e ganha insalubridade, isso não é questão de revisão da Constituição, isso é administrativo, qualquer normativa interna resolve o problema.

Então a discussão é falseada e o Governo vai pagar caríssimo, por isso, a discussão é completamente falseada, os dados não são claros e pior, o Ministro tem problemas sérios de condução. Fala em termos de moralidade e ética, quando ele mesmo está comprometido. Digo mais, acho que se a carruagem continuar do jeito que está, Fernando Henrique Cardoso, vai paralisar o processo e reinicia no ano que vem, quem sabe com outro Ministro.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

A intenção é, na verdade, até porque fica muito difícil, tem um provérbio popular que diz: - "Faça o que eu digo mas não faça o que eu faço." Nós, pais temos que ter um cuidado danado quando vamos orientar nossos filhos, porque eles se pautam nos nossos atos, na nossa vida.

Então, perante a população, a sociedade, estou falando isso com muita calma e com muito respeito, porque o Ministro é conterrâneo meu, é do Estado do Paraná, vizinho de União da Vitória, porque se não fosse do Paraná, gente, não sei que tom estaria dando nesta minha conversa aqui. Na verdade estou respeitando porque ele está numa posição delicada. A pior pasta que o Presidente da República deu para alguém conduzir, foi para o Reinhold Stepha-

nes, a pior Pasta hoje, politicamente. Por quê? Porque mexeu com o direito do cidadão, aquele que tem o direito já e aquele que não tem e busca ter. E envolve, claro, uma perspectiva, um painel, uma vitrine da vida pessoal dele.

Então, acho que o Ministro está encontrando enormes dificuldades para conduzir este processo. E esta preocupação dele vai desaguar dentro do Congresso Nacional, em cima dos Deputados Federais que têm que apreciar a reforma da Constituição.

Só mais uma observação que eu faria ao ilustre líder do PFL. - Não passei um fax ontem, porque eu iria ter essa conversa pessoalmente com o líder - mandasse um fax para ele, para o Ministro, que tivesse o cuidado nas entrevistas que ele concede à televisão e aos jornais e fazer um reparo quando ele fala da aposentadoria dos Deputados. Aí isto aqui interessa aos nhores Deputados, porque ele fala genericamente, ele aponta para a nossa Assembléia Legislativa, os privilégios da aposentadoria com 8 anos de mandato de Deputado ou de Senador. Falou isso na televisão para o Jô Soares. Está na "Folha de São Paulo" e repetido isso em todos os jornais, Mas "cadê" a consideração e o respeito pelo parlamento no Estado do Paraná? Por esta Casa aqui que ninguém se aposenta mais como Deputado.

Gostaria aqui, no fim da semana tenho um programa de rádio - de dizer que seguidamente no telefone me abordam: "Oi, Toti! Como é que é? Vai se aposentar daqui 4 anos, daqui a 3 anos?" Mas como me aposentar? Se me aposentar tenho que pagar a previdência, completar trinta e poucos anos de contribuição. Quarenta agora. "Não, engano de vocês. Estão enganando-nos aqui!" "Vocês se aposentam daqui a três anos e pouco, porque o Ministro da Previdência disse que os Deputados se aposentam, os senadores com 8 anos de mandato! Cadê a consideração por nós aqui? Não está tendo. Deveria dizer claramente:" No Congresso, se aposentam com privilégios... ou a Assembléia de São Paulo..." se for o caso, mas a do Paraná não. A do Paraná não tem privilégio nenhum. Os Deputados, para se aposentarem, têm que recolher a sua contribuição mensal.

Então são essas coisas, meus prezados deputados que eu aqui, vendo tudo isso, acabo, ora, tem uma hora que tem que acabar. Que brincadeira é essa? E ele se aposentou com 22 anos de serviço ou 23 e 46 anos de idade.

Concedo aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Pedi o aparte e só quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e como o Secretário da Educação

estará presente, vou abrir mão de apartear-lo e vou me inscrever para abordar o mesmo assunto a respeito da Previdência e do papel de Ministro Reinhold Stephanes à frente do Ministério, na próxima segunda-feira.

Obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Vou encerrar essas minhas colocações nesta quinta-feira pela manhã. Na verdade, não vim com esta intenção específica de fazer essas colocações, mas estava na minha cabeça falar com o líder e colocar algumas sugestões ao nosso Ministro da Previdência, mas não posso negar de confirmar e de ratificar o que aqui falei, da minha preocupação com a permanência dele lá em cima e com a reforma constitucional da Previdência Social, porque vocês vão cobrar, vamos ser cobrados e ele particularmente está sendo acuada pela sociedade, pelo fato de ter se aposentado dentro da linha dos privilégios dentro do nosso país, mas em todo o caso, fica aqui registrada a minha preocupação e, quero pedir aos líderes do PFL, ao líder, Deputado Élio Rusch, que compreenda esta preocupação, pode levar esta preocupação ao Ministro, do Deputado Toti Colaço, ele me conhece de longa data e, logicamente, ele vai compreender que o que eu estou colocando aqui, é o que o povo está falando, é o que o povo está comentando, na rua, nos bares, na roça, na lavoura, aí no meio dos funcionários públicos, todo mundo está comentando isso e na classe do professorado nem se fala, porque ali é direto, Imaginem o que vai acontecer? E assim por diante.

Senhor Presidente, obrigado pela atenção, agradeço à Liderança do PSDB que me concedeu parte do seu espaço e ao nosso Partido também.

Obrigado, bom trabalho e um bom final de semana, a partir de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Como último orador inscrito pelo prazo acordado entre as partes, a Mesa Executiva e o ilustre orador, um minuto e meio para a palavra do Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que nosso Estado é diferente dos demais Estados. Não existe a unidade, não existe a união da classe política quando se trata de cargos importantes, de pessoa ilustre como Reinhold Stephanes. Isso tem acontecido com outros Ministros também do Paraná. Opositores políticos, as pessoas que exercem cargos a nível de Governo Federal, ao invés de dar a sua contribuição em favor do nosso Estado, procuram - de forma agressiva - desfazer sob

todas as formas os seus adversários políticos que exercem cargo no Governo Federal.

Poderíamos citar sem querer entrar no mérito da questão de defender este ou aquele ex-ministro que tem passado pela capital federal. Citamos, por exemplo, o caso do Alcení Guerra, citamos o exemplo do ex-Deputado Federal, Alcení Guerra. Criticado, condenado pelos políticos do nosso Estado, pela imprensa e por todos seus opositores quando ele estava à frente do Ministério da Saúde. Veio o caso das bicicletas, veio mochilas, veio guarda-chuva, veio tudo! Mas o Ministro, diante da Justiça, provou sua inocência. Se houve falcaturas dentro do Ministério Alcení Guerra foi o primeiro homem a tomar providências e instalar, no próprio Ministério, a sindicância.

Se houve irregularidades não foi pelo Ministro mas por pessoas que exercem cargos dentro do Ministério. Aquilo que aconteceu ontem aqui na Assembléia. Quando houve acusações graves em relação à construção do Canal de Desvio, um outro canal paralelo ao Rio Iguaçu aqui na cidade. Dizendo que pessoas ligadas à COMEC, foram, se dirigiram a residências dizendo que eles teriam que sair da sua casa e morar embaixo da Iona preta. Se isso aconteceu deve ser condenado e deve ser apurada a responsabilidade. Não podemos culpar o Governador antes de ver, realmente, o que tem acontecido. E o que está acontecendo agora com o Ministro Reinhold Stephanes. O Ministro, pela segunda vez, exerce esse cargo e na primeira vez quando exerceu o cargo de Ministro da Previdência, o seu sucessor, com a queda do Collor na Presidência da República - Antônio Brito, o sucedeu. Não trocou nenhum assessor do seu Ministério. E tanto é que quem elegeram Antônio Brito não foi Antônio Brito, foi o Ministério da Presidência por trabalho elaborado pelo Reinhold Stephanes e isso deve ser dito.

Antônio Brito é Governador no Rio Grande do Sul graças a um trabalho elaborado pelo Reinhold Stephanes e agora está acontecendo a mesma coisa de novo. A Imprensa toda, as lideranças do Paraná homenagearam os dois Ministros: o Reinhold e o Zé Eduardo no Restaurante Madalozzo, quase todos nós, Deputados, estivemos presentes, nós reconhecemos a força que o Paraná tem e não podemos admitir, agora, que Deputados aqui do Paraná sugiram a saída do Reinhold Stephanes.

Ora, minha gente, isso não é concebível! E se devido o discurso, Toti Colaço, me perdoa - pelo respeito, pela amizade por V.Exa., diz, V.Exa., que o Ministro deveria encontrar uma forma honrosa de sair do Ministério e depois sumir! O Se-

nhor é paranaense e o Ministro é paranaense e o senhor não defende! Devemos encontrar uma saída honrosa para a previdência, e sabemos que não existe em país nenhum do mundo, aposentados por tempo de serviço. E sabemos que qualquer medida que se tome hoje a nível de governo, seja: estadual, municipal ou federal, qualquer medida que venha ser tomada, que venha contrariar os interesses de determinados segmentos da sociedade, eles brigam para não perder os seus direitos. É o que aconteceu e está acontecendo com o Ministro da Previdência. Nós não assistimos a entrevista do Ministro no Jô Soares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Comunico ao ilustre orador que o seu tempo está esgotado e lhe concedo o horário do seu partido para os apartes solicitados.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradecemos a Presidência.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado Élio Rusch, o Senhor foi muito feliz no seu pronunciamento quando fala da capacidade do Ministro Reinhold Stephanes. Acredito que de nada adianta nós colocarmos um incompetente no Ministério que ainda não se aposentou, que estivesse lá com 32, 34 anos de trabalho, mas que fosse incompetente. Na verdade aquela comparação que V.Exa. faz quando se refere ao ex-Ministro Alcení Guerra, o Senhor citou o caso de corrupção. Acho que não cabe até a comparação pelo seguinte: jamais foi apontada qualquer corrupção por parte do Ministro Stephanes. Ele se aposentou dentro da legalidade. Existe uma legislação que permitia que ele se aposentasse. Ele, inclusive, nessa entrevista no Jô Soares, ele falou que abre mão dessa aposentadoria sempre quando ocupa um cargo público, faz doação da sua aposentadoria. O principal, acho que é isto que todos os brasileiros querem e que tenham pessoas competentes no Ministério e ele é uma pessoa competente que está empenhado em realmente acertar a situação da previdência a acabar com os privilégios.

Agora, de nada adianta nós ficarmos discutindo de que se aposentou muito moço, com 22 anos, com 46 anos, com 22 anos de trabalho, se de repente é ele que foi indicado para fazer essas reformas. Eu acho que o País quer realmente que sejam feitas. E ontem para alegria minha, como falei, existe esta vontade por parte de todos os partidos políticos, inclusive do próprio PT. Aham que não pode continuar da forma como está.

Agora, se ele se aposentou com 22 anos ele se aposentou em cima de uma legislação

existente que está errada. A prova é que todo mundo concorda que essa legislação está errada, que precisa ser modificada. O fundamento é que precisa realmente ser feita uma reforma na previdência e acho que ele é a pessoa indicada, é uma pessoa séria, e já fez um grande trabalho no mandato anterior e vai fazer um grande trabalho. O que nós precisamos no Paraná, principalmente, é dar todo o apoio e respaldo. Acho que todos nós aqui, independentemente de partido político, acho que devemos dar todas as condições, apoio e sustentação para que ele faça essas reformas que são necessárias para todo o povo brasileiro.

O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Agradeço o aparte e quero dizer a V.Exa. que reforma na previdência é necessária. Agora, que tipo de reforma se faz necessária? É necessária por exemplo a constituição de um fundo único de previdência com direitos iguais para os trabalhadores? Nós defendemos que sim, que há esta necessidade.

Agora, aqui está se colocando, mantém-se privilégios. Nós sabemos que o Ministro é um privilegiado, se aposentou com tudo o que já foi discutido. É um privilégio isto daí, indiscutivelmente, como tem outros privilégios e é necessário acabar com qualquer tipo de privilégio na previdência social e para se fazer aposentadoria.

Mas pedi aparte quando V.Exa. colocou que no Brasil é o único lugar que se aposenta por tempo de serviço. Não sou nenhum conhecedor profundo da previdência, mas recentemente os trabalhadores da Itália foram às ruas em manifestação e derrubaram, porque lá a aposentadoria é por trinta e cinco anos de serviço na base da proporcionalidade de 70% como é no Brasil. Se continuar trabalhando mais, ao contrário do Brasil, ele pode vir a se aposentar com 100%, pelo menos é o que a imprensa informou naquela época do movimento no final do ano passado, quando caiu o primeiro Ministro.

Portanto, o que me veio à memória agora é a Itália aposenta-se com 70% como no Brasil, com 35 anos de serviço, tendo o direito de aposentar-se com 100% desde que trabalhe mais anos. Era isto que eu queria colocar. Muito obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Agradeço aos dois Deputados aparteantes e queremos apenas deixar registrado que o Ministro Reinhold Stephanes na certa não é o único político detentor de cargos hoje, eletivo ou mesmo cargos em comissão, cargos de confiança, que tem se aposentado pela atual legislação. A legislação

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Em hipótese alguma eu iria sair desse Plenário da forma com que o Deputado Élio Lino Rusch fez as suas colocações finais no meio e no final do seu pronunciamento. Jamais duvidei da idoneidade, da competência do Ministro Reinhold Stephanes, jamais. Não fiz nenhuma menção, até porque eu o conheço de longa data, da sua seriedade. O que coloquei, e quero deixar claro aqui, é a preocupação como paranaense. Deus ajude, Deus queira que não comprometa a reforma da Previdência Social o fato do nosso Ministro ter sido aposentado com menos de 45, 46 anos de idade, Deus queira que isso

0 presente projeto de lei, de autoria

do Deputado José Maria, declara de Utilidade Pública o Grupo Idade Dourada de Asaí, com sede e foro naquele município.

A proposição se encontra conforme com o solicitado pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que instituiu a declaração de Utilidade Pública a sociedades civis, associações e as fundações constituídas no Estado do Paraná.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 077/95, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos da Grande Vila Industrial, com sede e foro na Cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 23, de 23.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 077/95

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei em epígrafe, pela documentação acostada ao processo, verifica-se estar de conformidade com o preceituado pela Lei n° 6.994, de 10.01.78.

Com efeito, trata-se de entidade sem fins lucrativos que contempla e prioriza o atendimento às pessoas da chamada "Terceira Idade".

Isto posto, sob o aspecto legal, constitucional e regimental, não encontramos qualquer óbice quanto a sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 022/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acrescenta expressão na Lei n° 11.027/94, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 09, de 06.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 22/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 22/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo, acrescentar expressão na Lei n° 11.027/94 (COMEC).

Chamada esta Comissão a se manifestar

com relação à constitucionalidade, legalidade e juridicidade do mesmo, apresentamos nosso parecer favorável para sua tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 715 a 717, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 718, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 720, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 706 e 707, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Concedo a palavra, por um minuto ao Deputado Péricles de Mello, para uma comunicação à Casa.

O SR. PÉRICLES HOMEM DE MELLO - Agradeço a gentileza do Presidente.

Acontece que recebemos um fax de Telêmaco Borba, uma denúncia grave, que passo a ler para os Srs. Deputados. (Lê):

"Após Assembléia Geral realizada em 31 de março de 1995 (sexta-feira), mesmo as empresas patronais tentando de todas as formas esvaziar a Assembléia mais de 700 trabalhadores rurais aprovaram, por aclamação e unanimidade de votos, greve geral. E isso decorre pelo piso salarial miserável da categoria, que é hoje de R\$ 108,65. Por tratar da data base da categoria, a empresa se propôs a elevar esse piso para R\$ 122,07, enquanto o piso reivindicado é de R\$ 300,43, conforme cálculos do DIEESE.

A nota vinculada se faz necessária devido a diversas arbitrariedades cometidas pela Empresa Klabin. São elas:

a) Construções de cancelas para impedir entradas e saídas das agrovilas, equipando-as com Policiais Militares, Seguranças Particulares, Caminhões de Bombeiros da própria empresa, Tratores, etc..

b) Atropelamento de dois trabalhadores rurais por chefe e veículos da própria empresa (Klabin Florestais), além de diversas tentativas de atropelamento.

c) Chefe da Klabin Florestal saca revólver, ameaçando de morte aos trabalhadores rurais.

d) Policiais Militares hospedados no

melhor hotel da cidade, por conta da Empresa Klabin.

e) Policiais Militares adentrando residências de trabalhadores rurais nas agrovilas, coagindo-os ao trabalho.

f) Policiais Militares fazendo rondas dentro da Fazenda Monte Alegre, com veículos de propriedade da empresa e funcionando como "carro batador" na frente de ônibus que transportam os trabalhadores rurais.

g) Policiais Militares adentrando os ônibus e coagindo os trabalhadores ao trabalho.

h) Policiais Militares e segurança particulares interceptam caminhões do Sindicato, fazendo todo tipo de pressão aos trabalhadores, inclusive com armas nas mãos e, uma delas caindo no chão, podendo ser disparada acidentalmente, contra os trabalhadores rurais.

Portanto, tais esclarecimentos se fazem necessários para a Imprensa e toda a sociedade, pois quem não quer negociar é a empresa. O Sindicato está totalmente aberto às negociações, basta a empresa querer. Telêmaco Borba, 05 de abril de 1995.

(a) A DIRETORIA."

Então este é o esclarecimento que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Telêmaco Borba, faz ao Paraná. Nós entraremos, ainda hoje, em contato com o Secretário de Segurança para que providências sejam tomadas. Afinal de contas o direito à greve é direito sagrado dos trabalhadores, é uma conquista histórica e está na Constituição brasileira.

Muito obrigado.

Designo Comissão para acompanhar S.Exa. o Secretário da Educação a este Plenário para esclarecimentos aos Srs. Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10 de abril, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 022, 055, 073 e 077/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 010/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões.

BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala das Comissões, reuniram-se

os membros indicados pelas Lideranças para comporem este Bloco. Presidida pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, Vice-Presidente da Comissão Executiva, com o fim específico de instalar e eleger Presidente e Vice-Presidente da mesma. Havendo número legal, o Senhor Presidente Instalou o Bloco, passando em seguida para eleição. Procedendo o sufrágio constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Orlando Pessuti e Miltinho Puppio, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a deferência de seus Nobres Pais e encerrou os trabalhos, dos quais eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário do Bloco. Lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

(aa) ORLANDO PESSUTI
JOSE MARIA FERREIRA
MILTINHO PUPPIO
AUGUSTINHO ZUCCHI
ANTONIO ANNIBELLI
PLÁUTO GUIMARÃES
MARQUINHOS ALVES
IRINEU COLOMBO
CAÍTO QUINTANA
NELSON TURECK
WALMOR TRENTINI
ALBANOR GOMES
ÉLIO LINO RUSCH
EDUARDO TREVISAN
CEZAR SILVESTRI

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Deputado Nereu Moura e contando com as presenças dos Deputados Algaci Túlio, Duílio Genari, Toti Colaço, Irineu Colombo, Joel Coimbra, Edgar Bueno, Irondi Pugliesi, João Tecchi Filho, Nelson Justus, Albano Gomes, Edno Guimarães e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e anunciou o início dos trabalhos com a presença de altos funcionários da COPEL com a intenção de esclarecer aos Senhores Deputados sobre a Construção da Usina Salto Caxias. Foram expositores os Senhores Simão Blinder, Diretor de Engenharia, Antonio Fonseca dos Santos, do Setor Ambiental e Gilson Beckert. Os Senhores Deputados foram informados pelos funcionários acima citados de todas as fases da construção da Usina Salto Caxias, desapropriação, assentamento

das 1.440 famílias residentes na área a ser alagada pelas comportas da usina, da construção e das vantagens que o Estado do Paraná terá com esse empreendimento de vulto, enfim, todos os aspectos relativos a obra foram relatados. Em seguida, o Senhor Presidente abriu a palavra aos Senhores Deputados para qualquer esclarecimento adicional. Os expositores foram argüidos pelos Deputados Algaci Túlio, Irineu Colombo, Nelson Justus, Toti Colaço, Edno Guimarães e pelo próprio Presidente da Comissão, Deputado Nereu Moura. Também fizeram uso da palavra, representantes dos atingidos pela construção, Zé Camilo e Margareth. Ao encerrar os trabalhos o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores convidados e dos Senhores Deputados, dos quais eu, Leila Godoy, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

Leila Godoy - Secretária

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com Art. 246 do Regimento Interno,

R E S O L V E :

PORTARIA N.º 056

Retificar as portarias n.ºs 051 e 052/95 ONDE LÊ-SE:

"- Art. 16 da Lei n.º 10699 de 29 de dezembro de 1993"

LEIA-SE

"- Art. 11 da Lei n.º 11033 de 30 de dezembro de 1994"

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.04.95

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto - Deputado LUIZ CARLOS MARTINS

1.º Secretário